

Quadro negro



PORTE PAGO
DR/BSB
ISR - 47 - 176/83



Comunicação dos Professores do Distrito Federal — SINPRO/DF

ANO VI

Zero da Nova República

Nº 47

DEZEMBRO/85

MAIS UM ANO...



Balço 85: O dia a dia da História

Triste do povo que não tem memória, já disseram os antigos! A história muitas vezes se repete e o seu conhecimento representa, sem dúvidas, um patrimônio para acertos futuros. Nesta edição, uma retrospectiva completa do ano que passou.

Com os passos firmes!

Que nos próximos anos os professores continuem caminhando, com os passos firmes, com determinação e com os olhos voltados para o futuro, sem se descuidarem do presente e sem esquecer as lições do passado.

No ano que passou, braços se ergueram juntos, vozes gritaram em coro, colegas se uniram por objetivos comuns.

Quando o tão salutar espírito natalino chama a todos para uma reflexão interior e para um balanço sobre os dias que se passaram, o Sindicato dos Professores, através de seus diretores e funcionários, através de cada um daqueles que representa, formula a todos votos de que a esperança continue, a luta se amplie e as mudanças, como no ano que passa, continuem surgindo e se ampliem efetivamente.

Em 1986, a caminhada continua, por uma sociedade mais justa e democrática!

Plano: já entregue à Fundação

A Comissão Central da FEDF — encarregada de montar o projeto final de nosso Plano de Carreira já está de posse da proposta da Comissão Paritária formada no âmbito do SINPRO-DF e da FEDF. As reivindicações da categoria estão todas no Suplemento desta edição. Agora, é lutar e cobrar!

Palavra do Libério

O quadro apresentado pelas eleições de delegados sindicais não pode ser avaliado de forma simplista e apressada. Houve nessas eleições um grande fundamental erro, que foi o de realizarmos uma eleição de tamanha importância para o futuro de nosso movimento, logo após as eleições de diretores de escolas e de complexos e apenas 15 dias para que os candidatos se preparassem para fazerem discussões mais aprofundadas sobre os problemas da categoria, sobre os temas nacionais, etc. E a aprovação desses 15 dias de preparação e de discussão dos programas e nomes de candidatos foi conseguida, com muito esforço, pela Diretoria do Sindicato, na Assembleia que aprovou os critérios para as eleições. Infelizmente, essas discussões se deram, na maioria dos complexos, sob o fogo das mágoas, das paixões e retaliações deixadas pelo processo de eleições de diretores de escolas e de complexos, refletindo mais os embates locais do que propriamente os rumos que nosso movimento deve tomar a partir de agora.

Muitos poderão dizer que a Diretoria deveria ter lançado a discussão sobre delegados sindicais há mais tempo. Todos sabem, porém, que todo o ano de 1985 foi totalmente atípico para a categoria dos professores do DF: todo o primeiro semestre letivo foi utilizado em mobilizações dos professores da FEDF e na greve geral, que resultou, inclusive, na assinatura do melhor Acordo Coletivo de Trabalho, a nível nacional. A diretoria lançou-se de corpo e alma, no segundo semestre, na mobilização dos professores das escolas particulares e houve nestas também uma grande greve geral, que já se encerrou dentro dos preparativos para o II Encontro de Professores do DF, Trabalho das Comissões, etc. O II ENCONTRO e o trabalho das Comissões encerraram-se, por sua vez, em plena campanha para eleições de diretores de escolas e de complexos. E se o tema "delegado sindical" não foi bem discutido no II ENCONTRO não foi por culpa da Diretoria ou da Comissão que o organizou: a culpa foi de quem entendeu que havia outros pontos mais importantes, como eleições de diretores ou até mesmo daqueles que polarizaram o ENCONTRO com queimações e retaliações contra a Diretoria do nosso Sindicato.

Mas o feito está feito e só nos resta esperar que esse e outros erros sejam corrigidos através da participação ativa do professor em todas as discussões de interesse da categoria, principalmente quando se trata de assunto de vital importância para o futuro de um dos maiores movimentos de trabalhadores do DF e de professores do Brasil. As intrigas políticas, os disse-me-disse, as retaliações pessoais só contribuem para enfraquecer nosso movimento.



Menos discursos e mais ações concretas em 1986

Ao fazermos um balanço do ano de 1985, podemos afirmar com toda convicção que foi um ano bastante rico em conquistas para a categoria, bem como em aprendizado para todos nós, professores, servidores e comunidade. Começamos a aprender como se vive numa democracia, após vinte anos de convivência com um regime autoritário, elitista, discriminador. Mas, como bem frisou o presidente do nosso Sindicato, em seu discurso de abertura do II ENCONTRO: "Este momento é para nós mais de preocupação do que propriamente de júbilo, porque começamos a sentir o gosto de uma democracia onde imperam as liberdades, mas, por mais paradoxal que pareça, onde imperam também as injustiças sociais e, consequentemente, a violência urbana e rural, o desamor e a intranquilidade".

As eleições para as prefeituras das capitais, realizadas em 15 de novembro, deixaram bastante claro ao Governo e aos partidos que o apoiam que o povo brasileiro, principalmente os trabalhadores de baixa renda, não suportam o discurso democrático sem que medidas concretas sejam tomadas no sentido de se iniciar uma real distribuição de rendas neste País.

A base de qualquer sociedade é a sua estrutura econômica, sobre a

qual giram todas as demais questões. Portanto, a democracia sem adjetivos somente será alcançada quando houver condições de vida decentes para todos aqueles que produzem as riquezas nacionais, já que a liberdade de expressão, bem como todos os direitos individuais, representam apenas uma faceta de um Estado democrático.

E como todos os nossos problemas sociais são consequência do problema econômico, que por sua vez tem origem em uma dívida externa contraída pelos gerais e pelos políticos antipovo, devemos iniciar uma grande campanha junto a todos os segmentos sociais no sentido de que essa dívida não seja paga, pois não dá mais para justificar tanta fome, tanta miséria pela existência de uma dívida externa que nos impede de crescer como Nação.

Nós professores do DF, a exemplo do povo brasileiro, que descobriu que o valor nutritivo de um discurso é muito baixo, vamos dizer com todas as letras que não abrimos mão da aprovação de nosso Plano de Carreira, nas negociações coletivas de 1986, a fim de que sintamos o gosto da democracia econômica que deve começar a ser implantada neste País. Para isso é necessário que todos entendamos que somente unidos alcançaremos nossos objetivos.

Frases

"Brasília é um símbolo da insanidade, insensatez e instabilidade, e a Nova República está cheia de velhas mentiras" (Vaciferação do bispo de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Dom Mauro Morelli).

"Nunca vi bispo em comício" (Luiz Inácio da Silva Lula, presidente nacional do PT, referindo-se à posição da cúpula da Igreja à nova campanha pelas Diretas. Que ele não se esqueça da contradição interna da Igreja, na qual grande parte dos setores progressistas ajudam a construir o seu partido).

"Estou pagando para ver se o Plano Nacional de Reforma Agrária vai mesmo ser implantado" (José Richa, governador do Paraná. A reforma agrária, já disse Jânio Quadros, tinha que começar também pelas terras dos governantes e da Igreja).

"Já houve tempo em que o PMDB elegia até poste de rua. Mas esse tempo já passou" (Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB. Nas eleições de 1985, porém, os paulistas mostraram que continuam com o mesmo espírito. Só mudaram de partido).

"Não vou fazer campanha pra defender o governo, mas vou defender aquele governo que eu quero fazer" (Orestes Quércia, vice-governador de São Paulo).

Negociações/86 comprometidas

A Diretoria

Quem — de má fé — votou, na assembleia de 06 de julho último, contra o desconto assistencial em favor do nosso Sindicato pode partir, desde já, para uma séria reflexão sobre as consequências do seu ato. O mesmo dizemos aos pescadores de águas turvas, aos que gostam de apostar no caos, aos oportunistas, aos aventureiros, às vívidas do finado regime, aos pichadores de todas as horas. E a quem — mesmo a favor — se omitiu, não compreendendo à referida assembleia. E a quem — mesmo de boa fé?! — votou contra o desconto.

Uns e outros conseguiram um sombrio intento, pois a assembleia geral de previsão orçamentária para o ano de 1986 — realizada no último dia 30 —, além de aprovar, por unanimidade, nossas contas para o próximo ano, chegou a uma triste, muito preocupante constatação: as finanças do nosso Sindicato estão praticamente no vermelho, sendo provável que já em fevereiro ou março de 86 falte dinheiro para o salário dos funcionários da Entidade.

Diante desse quadro negativo, a assembleia tomou a seguinte decisão: REALIZAR, em fins de fevereiro/princípios de março de 86, UMA ASSEM-

BLEIA GERAL DE TODOS OS PROFESSORES DO DF — para a qual VOCE, desde já, está convocado —, em data e local a definir e a divulgar, para fazermos uma séria discussão sobre a situação financeira do nosso Sindicato e encontrarmos uma saída para o problema.

Em todos os participantes da assembleia uma certeza: um Sindicato não sobrevive sem dinheiro e para ser FORTE tem de ter com que trabalhar. As mensalidades mal cobrem as despesas normais. Só 60 por cento do Imposto Sindical são transferidos para o Sindicato e, assim mesmo, com restrições (o dinheiro — arrecadado em março —, por exemplo, só é creditado por volta de junho, e sem correção...). 1985 foi um ano marcado por grandes movimentações (greve na FEDF, greve nas particulares, II Encontro, etc.). Estas demandaram grandes gastos. As Negociações Coletivas (campanha salarial) 1986/1987 estão virtualmente prejudicadas (o sucesso colhido em 1985 se deveu basicamente às grandes mobilizações que fizemos, e estas exigem dinheiro). Outros projetos vão ter de aguardar. Entre outros, a implantação

das delegacias sindicais do SINPRO-DF, importantíssimas para o fortalecimento da nossa Entidade de Classe: a dinamização de cursos e seminários (o Plano de Carreira vem aí...) a construção — já aprovada em assembleia — do clube do professor, da mais alta relevância como fator de lazer, de integração e de intercâmbio entre os professores das várias regiões do DF. Um precioso instrumento de mobilização, portanto. Afinal, não se fala tanto em BASE?...

As contas do nosso Sindicato estão — como sempre estiveram — à inteira disposição dos professores sindicalizados para qualquer tipo de verificação. Aliás, três professores que se dispuseram (na mesma assembleia de 06 de junho) a conferir nossas contas até hoje — passados cinco meses — não se dignaram a cumprir sua missão, mesmo depois de notificados, mais de uma vez, por ofício, em que toda a Tesouraria do SINPRO-DF é colocada à disposição para as devidas verificações, com vistas a posterior emissão, por escrito, no jornal Quadro negro, de parecer final sobre as contas do nosso Sindicato. Talvez estejam esperando 1986...

SINPRO-DF

Quadra 03, Bloco A,
nº 107/111
Edifício do Professor
Setor Comercial Sul
fone: 226-1366 (geral)
Brasília-DF

Quadro negro — uma publicação do Departamento de Divulgação do SINPRO-DF. Diretores responsáveis: José Libério Pimentel e Geraldo Tadeu Araújo. Equipe editorial: Wilson Tadeu, Geraldo Tadeu Araújo, José Libério Pimentel, Aurélio Anchises e Emile Bouty. Redação: Diretoria do SINPRO-DF. Colaboração: Professores do Distrito Federal. Fotos: Memória SINPRO-DF. Diagramação: Marcos Lisboa. Composição: Paginação (Valdeice da Silva) e Impressão: Jornal de Brasília (Setor de Indústrias Gráficas, Brasília).

DF. Tiragem: 15 mil exemplares. Sindicato dos Professores no Distrito Federal — DIRETORIA: José Libério Pimentel, Aurélio Anchises Ribeiro de Souza, Geraldo Tadeu de Araújo, Maria Lúcia Pereira, Adolfo José Cabral, Oivaldir Alves Moreira, Emile Augusto Cabral Bouty, Maria das Dores Oliveira Leão, Volnei Garrafa, Joaquina das Neves Marques, Jomar Alves Moreno, Márcio Monteiro Guimarães, Itagiba Christino Oliveira Campos Filho, Maria José Ribeiro, Amilton Osvald Matias, Mário Donatti, Benedito

Marques de Carvalho, Idelbrando David de Souza, Carlos de Abreu Pena, Marcos Sílvio Pinheiro, Ademair de Faria e Maurício Piubelli.

Obs.: Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. O jornal dos professores do DF é aberto a toda contribuição julgada de interesse da categoria (em princípio, utilizamos como critério para publicação de matérias a "urgência" do assunto e, em caso de "contribuições avulsas", "urgência" do assunto e ordem de chegada" de matérias à redação do Quadro Negro).

Gerais

No último dia 03 de dezembro, o Sindicato dos Professores foi convidado a fazer, no Ministério da Educação, uma exposição sobre o Plano de Carreira do Pessoal de Magistério da FEDF, cuja proposta a Comissão Paritária acaba de encaminhar à SEC/FEDF. Os representantes do nosso Sindicato abordaram desde as etapas de elaboração/montagem de nossa proposta até o conteúdo da mesma, ressaltando sempre a meta maior de profissionalizar e fortalecer o Magistério, não só em relação aos aspectos econômico-financeiros de resto inerentes à nossa profissão, como também em relação à necessidade indissociável de — através desse crescimento — proporcionarmos o aperfeiçoamento do nível do processo Ensino-Aprendizagem. Em nome do Sindicato, falaram no Ministério da Educação os professores Geraldo Tadeu (coordenador) e Hélvio Sanfelice, membros da Comissão do Plano de Carreira. Com todas as pichações em cima de nós, continua valendo o ditado: santo de casa só faz milagre mesmo fora...

× × ×

Em corespondência enviada à diretoria do Sindicato dos Professores, o presidente do Banco Regional de Brasília, Olair Zenir Leite informa que aquela instituição vem procedendo a uma série de mudanças com vistas a melhorar o atendimento ao público, tão deficiente nos últimos tempos, a ponto de ter merecido diversas críticas aqui nas páginas do Quadro negro. Entre as mudanças anunciadas, estão a convocação dos concursados, cujas posses já estão ocorrendo, para adequar o quadro de pessoal às reais necessidades, bem como a automação bancária, reequipamento das agências e melhorias nas instalações no que se refere ao espaço físico. Os professores, que tanto penam nas filas do BRB, aguardam que as medidas anunciadas surtam os resultados esperados. Estamos de olho.

× × ×

O projeto de emenda constitucional do deputado Theodor Mendes, que visa estender a professores do sexo masculino aposentadoria com vencimentos integrais aos 25 anos de atividade docente, acaba de receber assinaturas suficientes para futura discussão pelo Congresso Nacional. A comissão de professores da região de Sorocaba (SP) está encaminhando circular às diversas entidades de professores clamando a categoria a se mobilizar, a fim de pressionar os líderes dos partidos políticos para que o projeto entre na pauta, em regime de urgência, no início do próximo ano (março). A intensidade das reivindicações junto aos líderes será necessária para a formação da comissão mista que examinará e encaminhará o projeto, seguida da prioridade na votação do mesmo e aprovação da emenda pelo Congresso Nacional.



1985

Um ano de luta e de vitórias

Desconhecer o avanço do movimento e a direção firme e democrática do Sindicato é desprezitar também cada um dos colegas que participaram de reuniões, assembléias, manifestações. Foi um ano que passou e que deixa lições para o futuro

Ao longo do ano que passa e chega ao fim, o Quadro negro funcionou fielmente como o registro de uma epopéia de lutas do professorado brasileiro, as vitórias e os anseios por uma escola democrática, com melhores condições de trabalho e ensino, capazes de possibilitar a formação integral do homem de amanhã. Em doze edições que circularam a partir do mês de fevereiro, este órgão informativo cumpriu o seu papel de documentar a conscientização, a tenacidade, a persistência e a emulação, que os professores fazem o dia-a-dia e participam ativamente dos embates dos trabalhadores no DF.

FEVEREIRO/MARÇO



Logo no início do ano, o clima era de "Mudanças Já", como anunciou a primeira página do Quadro negro. Ao mesmo tempo em que 1985 começava com o ímpeto da "Constituinte Urgente", os reflexos do período de transição chegavam em Brasília, com os preparativos para a posse do presidente Tancredino Neves. O órgão informativo dos professores advertia, logo na capa, que a categoria não abria mão de ver, na Secretaria de Educação, "um nome que tenha respaldo no seio da categoria dos professores, pelo atendimento das reivindicações e dos pontos aprovados no I Encontro de Professores do DF. Fundamental: eleição direta, pela comunidade escolar, de diretores

de escolas e de complexos escolares".

Para embasar mais uma batalha salarial que se iniciava, este jornal circulou com um suplemento completo sobre as Negociações, colocando a campanha nas ruas, além de um balanço sobre o arrocho salarial do governo Figueiredo, que dava seus últimos suspiros. Além da campanha salarial, a preocupação da diretoria do Sindicato estava direcionada também para outros problemas graves, como o caso dos professores concursados e não aproveitados pela então secretária Eurides Brito. De quebra, os informes completos sobre o Congresso da Confederação dos Professores do Brasil, no qual a delegação brasileira participou com expressiva representação e defesa de propostas.

ABRIL

Sem vacilar, primeira página: **Paralisação!** Os professores do DF estavam mobilizados, mais uma vez, contra a prepotência e o autoritaris-

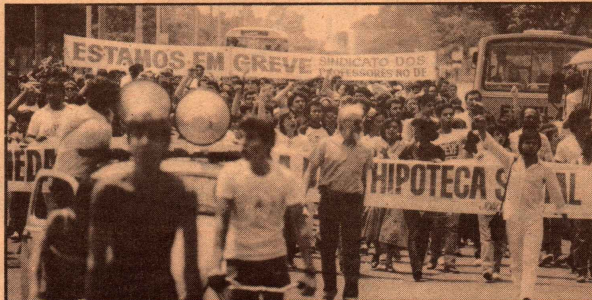
1985

Entre todas as categorias profissionais, das mais diversas regiões do País, os professores do DF foram os que acumularam mais conquistas, algumas delas inéditas. Por exemplo: 46 por cento de reposição salarial (acumulados).



mo, contra a intransigência, por melhores condições de trabalho e de ensino. O jornal destacou a assembleia histórica do dia 23 de março, em que os professores da Fundação Educacional lotaram o ginásio do Elefante Branco, mostrando que começava com garra total a campanha salarial, inclusive. Já com as propostas de que a paralisação seria o caminho para derrotar a intransigência. Sem emocionalismos mas sem titubear, o rumo era esse, para "buscar o que é nosso".

No mesmo mês, apesar da preocupação reivindicatória, o Sindicato não descuidava de outros pontos importantes para a redemocratização da escola, como a sucessão na Secretaria de Educação e na FEDF. "Exigimos que o novo secretário tenha o compromisso de democratizar totalmente aquela Secretaria, bem como a Fundação Educacional", dizia o editorial. Além disso, começava, também, com uma assembleia no dia 14 de abril, a campanha salarial das Escolas Particulares. De outro lado, o **Quadro negro** registrava, ainda, a renúncia do reitor da UnB, Geraldo Avila, nomeado à revelia da comunidade acadêmica e ao apagar das luzes do governo autoritário. A saída do reitor imposto foi a primeira grande vitória da Educação no DF, no início do ano.



entusiasmo repetindo o exemplar movimento de 1979. "Renovar idéias e métodos não é revanchismo", alertava o editorial, a propósito das mudanças na estrutura educacional.

JUNHO



No mês de junho, quando em outros anos os professores arrumavam as malas para o início de férias, a mobilização da categoria caminhava para o ápice, conforme registraram três edições do **Quadro negro** que circularam naquele mês. No início do mês, as atenções se voltaram para a assem-

bléia decisiva do dia 15 de junho, o "Dia D" para o atendimento ou não às reivindicações em pauta. Ao mesmo tempo, os professores das escolas particulares realizaram um ato público no dia 28 do mês anterior, contra a predominante intransigência e falta de diálogo patronal. Na UnB, a campanha salarial tomava fôlego, com a reitoria, a exemplo da FEDF, alegando que os recursos dependiam de instâncias federais: em um caso, da Seplan; no outro, do Ministério da Educação.

No Suplemento, um "Quem é quem nas Escolas Particulares" mostrava a quanto anda a exploração por aquelas bandas, com gráficos expositivos comparando a situação salarial com o número de alunos por sala de aula e os gastos dos empresários do ensino. Da UnB, os fluidos de uma sucessão com



seriedade, em que a comunidade acadêmica, manifestando a persistência e a confiança na democracia, realizava uma outra eleição, para escolher uma lista sêxtupla para a reitoria.

Extra

Com esse chamamento, uma edição do **Quadro negro**, redigida e impressa em tempo recorde, circulava no primeiro dia de greve dos professores da Fundação Educacional, após a assembleia do "Dia D", 15 de junho. Depois de cento e onze dias de negociações, lembrava o texto, não dava mais para a categoria se segurar: "Professores da FEDF decidem GREVE GERAL, até a vitória, com o atendimento das justas reivindicações".

Enquanto era preparada a edição de junho, com a cobertura completa da greve histórica dos professores da FEDF, o Sindicato não cruzava os braços: preparava as assembleias do dia 6 de julho, para a definição de aspectos funcionais da entidade (desconto assistencial) e a prestação de contas da diretoria, relativas ao ano de 1984.

MAIO



Pausa para o reconhecimento e o equilíbrio, mostrando que a categoria não contesta por contestar: **Virada Total** foi a manchete, mostrando as mudanças que começavam na forma de governo do Distrito Federal, com a escolha de professores, reconhecida democraticamente, para a Secretaria de Educação e a Fundação Educacional. Por mais que fossem as diferenças, os professores começavam a ter consciência de que a repressão passava e um novo tempo começava, com o diálogo entre a categoria e os órgãos dirigentes do Ensino. O **Quadro negro** publicou uma entrevista exclusiva com o novo secretário, Pompeu de Souza, e registrou a emocionante posse do professor Fábio Bruno à frente da Fundação Educacional.

Mas o Sindicato não descuidava da mobilização salarial. Anunciava duas assembleias decisivas: a dos professores da Fundação Educacional e das Particulares. "Novos rumos nas negociações" da FEDF eram anunciados, com a marcação de uma assembleia monstruosa para o auditório da Escola Normal, com o

Democracia quae sera tamen...

Geraldo TADEU de Araújo

Eleições diretas de diretores de escolas e de complexos escolares da FEDF (já efetuadas); delegado sindical por complexo (já escolhido); abolição da monitoria no pré-escolar, possibilitando o aperfeiçoamento do processo Ensino-Aprendizagem e a ampliação do mercado de trabalho naquela área; readmissão imediata de colegas demitidos por motivos políticos (alguns desses, militantes ativos no movimento dos professores do DF, inclusive na Oposição). E, principalmente: Estabilidade no emprego e Reposição salarial de 40 por cento (46 por cento, acumulados), uma conquista inédita no Brasil, em todos os tempos. Eis uma amostra dos ganhos obtidos neste ano de 1985, pela categoria — tendo à frente a liderança do Sindicato dos Professores e de sua Diretoria.

O movimento dos professores, nas escolas particulares, avançou, com a histórica mobilização de setembro: positivamente, a partir daquela greve, empresários do ensino e colegas das particulares não são os mesmos. Estes — os professores —, apesar de todos os percalços, deram um importante passo rumo à conquista de importantes reivindicações, entre as quais reposição salarial, tão dissecada ultimamente (inclusive por comissão quadripartite — a assembleia geral do próximo dia 15 de dezembro dirá como as coisas estão). Reposição que os professores da Faculdade Dom Bosco — in-

clusive com intermediação da Diretoria do SINPRO-DF — já conseguiram (neste caso, 30 por cento, em exaustivas negociações no primeiro semestre de 1985). Os professores de III grau, das particulares, igualmente se organizam e preparam espaços preciosos de mobilização.

A ascensão do professor Cristóvão Buarque ao cargo de Reitor da UnB — assim como já havia acontecido com a ascensão dos professores Pompeu de Souza e Fábio Bruno no âmbito da Secretaria de Educação/Fundação Educacional do DF — atraiu definitivamente para aquela Instituição — acreditamos — os ventos salubres da Democracia e a esperança de que, finalmente, a UnB retornará à sua destinação maior de pólo irradiador de cultura, pesquisa e saber. A ADUnB — Associação de Docentes da Universidade de Brasília — obteve importantes vitórias em sua tradicional luta por melhoria salarial e por melhoria de condições de trabalho e de ensino, pelo regime da UnB, enfim.

Só um cego não percebe que nós crescemos, e muito. Muitas sementes estão solidamente plantadas. A espera de nossa competência, de nossa seriedade e de nossa honestidade para fazê-las germinar com toda força.

Certamente ainda encontraremos muitos obstáculos em nossa caminhada:

à direita e à esquerda, mais ou menos. Afinal, muitos ainda não engoliram a realidade de que a ditadura acabou (ao menos a política...) e as vitórias do finado regime, bem vivas, não tanto em cima de algum muro de lamentações... estão ativos. No seio de nossa classe, em nossas escolas mesmo. Oportunistas, apostadores de caos, aventureiros, alguns doidos para ver o circo pegar fogo, muito pouco interessados no Bem maior da nossa Categoria e do nosso Sindicato — construído a duras penas — estão por aí deitando falações e pichações, mais preocupados em transformar nossa Entidade de Classe em trampolim para aventuras político-partidárias. Comprometendo, assim, o futuro de nossa Entidade-Sindicato!

E bom tomar cuidado com uns e outros. E saber separar o joio do trigo.

Gracias a Deus, 1985 foi, sim, um ano bom para nós, professores do Distrito Federal. Para os professores da FEDF, especialmente. Para a consolidação do SINPRO-DF. Nem tanto para o País. Cabe a cada um de nós zelar (e forçar) para que 1986 seja melhor, para que a República se torne realmente Nova. Particularmente para que a Democracia Econômica penetre e alimente todos os lares desse nosso sofrido Brasil. Feliz Natal, Feliz Ano Novo. Até 86!

Suplemento

Plano de Carreira

Meta: profissionalizar e fortalecer o Magistério

Geraldo TADEU de Araújo

Dia 18 de novembro último — e obedecendo com o possível rigor o prazo (90 dias) anteriormente estipulado —, foi entregue ao professor Fábio Bruno, Diretor Executivo da FEDF, o documento final com a proposta da Comissão encarregada, a nível de Sinpro e de FEDF, de elaborar um projeto de Plano de Carreira para o Pessoal de Magistério da FEDF, nos termos do Acordo Coletivo 85/86 — Cláusula LIII — celebrado no mês de julho entre o Sindicato dos Professores e a Secretária de Educação/Fundação Educacional do DF. Na mesma ocasião, foi encaminhado um documento com justificativas legais para o enquadramento dos Especialistas em Educação no Grupo Magistério da FEDF e seu consequente posicionamento em nosso Plano de Carreira. O encontro com o professor Fábio Bruno teve igualmente a presença e a participação dos nossos companheiros do Sindicato dos Auxiliares de Administração, que também entregaram suas reivindicações, com vistas ao seu Plano de Carreira específico.

Resultado de pesquisas (na legislação, em projetos de outros Estados, etc.), de coleta de sugestões e de exaustivos debates, em seguidas reuniões semanais de trabalho — a partir da segunda quinzena de agosto último —, as propostas publicadas nas páginas seguintes deste Suplemento (relacionadas com o Pessoal de Magistério da FEDF) foram submetidas e referendadas pela categoria em várias reuniões específicas (com professores da Classe A e de Zona Rural, com Especialistas em Educação; com professores de Pré-Escolar e de 1ª a 4ª séries; no II Encontro de Professores do DF), em assembleias gerais dos professores da FEDF (estas realizadas dia 26 de outubro e dia 02 de novembro últimos). Pretendem, sobretudo — e sempre à luz da legislação vigente e sujeitas às suas limitações — oferecer um quadro geral e, o mais possível, amplo de subsídios, com vistas ao PLANO DE CARREIRA que deverá ser implantado para o pessoal de Magistério — Professores e Especialistas em Educação — da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Tentando, ao mesmo tempo, compatibilizar objetivos econômico-financeiros inerentes à nossa Profissão com o indissociável Objetivo de Profissionalização do Magistério e com a decorrente — e insubstituível — necessidade de Aperfeiçoamento do Nível do Processo Ensino — Aprendizagem — nossa também Grande Meta —, a COMISSÃO procurou, dentro do possível, refletir nesse QUADRO a ampla gama de anseios da categoria nos mais diferentes níveis e graus.

O produto final das discussões segue nas páginas seguintes. A Secretária de Educação e a Fundação Educacional do Distrito Federal manifestamos plena convicção de que haverão de saber encaminhar — da melhor forma — os pleitos dos professores. Estes, a nível de CATEGORIA — e através do seu Sindicato — por certo saberão igualmente atentos — e na instância própria e no nível de competência que nossa dignidade requer — cobrar uma resposta positiva às presentes reivindicações.

Aqui começa uma nova história, com várias etapas de peregrinação: Conselho Diretor da FEDF, Secretária de Administração (CPP — Conselho de Política de Pessoal), Secretária de Governo, Secretária de Educação e Governador do Distrito Federal.

Comissão do Plano de Carreira

Trabalharam EFETIVAMENTE — do primeiro ao último instante — inclusive tarefa de montar — inclusive criando — este projeto de Plano de Carreira para o Pessoal de Magistério da FEDF: professores Maria Cristina Cardoso, Hélvio Sanfelice, Jovemália Guimarães, Joaquim Humberto Macedo, Maria Holanda Carvalho, Mário Donatti, Terezinha Pereira, Maria José Ribeiro, Aurélio Anchises e Geraldo Tadeu de Araújo (Coordenador), integrantes da Comissão do SINPRO-DF, e

os colegas professores Rosa Maria B. Manzan e Admário Luiz de Almeida, representantes da FEDF. Em várias ocasiões, tivemos valiosa colaboração também da Dra. Ilda Ferreira Magalhães, da Comissão Central responsável pela elaboração do Plano Geral de Cargos e Salários dos Servidores da FEDF (nosso Plano é uma das peças desse Plano Geral).

Parabéns a cada colega pela competência, seriedade e dedicação.

Proposta da Comissão Paritária

1 — DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA CARREIRA DO PESSOAL DE MAGISTÉRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

1.1 A Carreira do Pessoal do Magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal tem como princípios básicos:

1.1.1 Profissionalização, entendida como dedicação ao Magistério, para o que se tornam necessárias:

a) qualidades pessoais, formação adequada e atualização constante, objetivando o êxito da Educação e acessos sucessivos na Carreira;

b) remuneração condigna que tenha em vista a maior qualidade em cursos e em estágios de formação, treinamento, aperfeiçoamento e especialização, sem distinção de graus escolares em que atue o Pessoal de Magistério e que lhe assegure "status" econômico e social compatível com a dignidade, peculiaridade e importância da profissão que exerce, permita-lhe dedicação ao Magistério e lhe possibilite aperfeiçoamento contínuo;

c) existência de condições ambientais de trabalho, de pessoal adequado qualificado e de material didático adequado.

1.1.2 Remuneração não inferior a de outros profissionais ocupantes de cargos em que se exija qualificação análoga ou equivalente, respeitadas as peculiaridades e o regime de trabalho.

2 — DA ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO PESSOAL DE MAGISTÉRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

2.1 A Carreira do Pessoal do Magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal é constituída exclusivamente pelos Professores e pelos Especialistas em Educação que, ocupando cargos ou funções nas Unidades

Escolares e nos demais órgãos do Sistema Oficial de Ensino, desempenhem atividades docentes ou especializadas, com vistas a atingir os objetivos da Educação.

2.2 A Carreira do Pessoal de Magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal de 1 e II graus de ensino — constituída de CARGOS de provimento efetivo — é estruturada em 10 (DEZ) NÍVEIS dispostos gradualmente, com acesso sucessivo de Nível a Nível, compreendendo cada Nível no máximo 03 (TRES) CLASSES de habilitação e os Especialistas em Educação, estabelecidas de acordo com a formação do Pessoal de Magistério e constituindo o respectivo QUADRO DE CARREIRA (VER ANEXO I — Quadro A).

2.2.1 CARGO é o lugar correspondente a um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao membro do Magistério, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cotões do Distrito Federal e/ou da União.

2.2.2 NÍVEIS são o conjunto de cargos, genericamente semelhantes, distribuídos na Carreira, para provimento segundo critérios estabelecidos em lei, abrangendo CLASSES de habilitação relativas ao grau de formação do Professor ou do Especialista em Educação.

2.3 DOS NÍVEIS

Os Níveis constituem a linha de promoção dos Professores e dos Especialistas em Educação.

2.3.1 Os Níveis são designados pelos algarismos arábicos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, sendo o Nível 8 o final de Carreira para a Mulher e o Nível 10 o final de Carreira para o Homem, nos termos — no que tange a tempo de serviço — da lei vigente de Aposentadoria para o Professor. (Port. Min. 2.865, de 06/05/82 — MPAS).

2.4 DAS CLASSES

As Classes constituem a linha de habilitação dos Professores e dos Especialistas em Educação, como se segue:

2.4.1 CLASSE A — Atividade de regência de classes de ensino pré-escolar ou de classes de 1ª a 6ª séries de ensino de I grau, de acordo com habilitação específica, e atividades inerentes ao relacionamento escola-comunidade e atividades relacionadas com a execução do programa de trabalho da escola em seus diversos aspectos, sejam administrativos ou pedagógicos.

2.4.2 CLASSE B — Atividades de regência de classes de ensino pré-escolar e de 1ª a 8ª séries de ensino de I grau, de acordo com habilitação específica, e atividades inerentes ao relacionamento escola-comunidade e atividades relacionadas com a execução do programa de trabalho da escola em seus diversos aspectos, sejam administrativos ou pedagógicos.

2.4.3 CLASSE C — Atividades de regência de classes de ensino pré-escolar e de I e II graus, de acordo com habilitação específica, e atividades inerentes ao relacionamento escola-comunidade e atividades relacionadas com a execução do programa de trabalho da

de pontos exigidos para promoção de Nível para Nível, os pontos conseguidos continuarão sendo computados nas avaliações anuais seguintes, até que se atinja o número de pontos exigidos para a Promoção.

4.3.2 Ao cabo de 10 (dez) anos, o Professor ou o Especialista em Educação que não tiver conseguido se promover de Nível para Nível será promovido automaticamente ao Nível imediatamente superior.

4.3.3 As promoções serão publicadas anualmente no dia 15 de outubro - Dia do Professor - e passarão a vigorar a partir do dia 1.º (primeiro) de novembro seguinte.

4.3.4 A Fundação Educacional do Distrito Federal fornecerá anualmente a cada membro do seu Pessoal de Magistério - tendo em vista as promoções - cópia da respectiva Folha de Assentamentos Funcionais.

4.4 A Promoção de Nível para Nível será feita através de Avaliação por FORMAÇÃO PROFISSIONAL, por ASSIDUIDADE, por PONTUALIDADE e por PARTICIPAÇÃO, anualmente. Essa Avaliação será cumulativa, durante os três anos de interesse.

4.4.1 Propõe-se estudo para implantação - a médio prazo - de critérios com vistas à AVALIAÇÃO por DESEMPENHO, que contemple - entre outros - o desempenho profissional, o comportamento, o relacionamento e o espírito de iniciativa do Professor ou do Especialista em Educação - que estes de caráter marcadamente subjetivos.

4.5 DA AVALIAÇÃO POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.5.1 A Avaliação por Formação Profissional será feita considerando-se a qualificação do Professor ou Especialista em Educação, satisfeitos, em cada caso, os seguintes requisitos:

4.5.1.1 Obtenção do grau de Doutor em curso credenciado pelo Conselho Federal de Educação;

4.5.1.2 Obtenção do grau de Mestre em curso credenciado pelo Conselho Federal de Educação;

4.5.1.3 Conclusão do curso de Aperfeiçoamento Institucionalizado promovido pela Fundação Educacional do Distrito Federal;

4.5.1.4 Conclusão de cursos de Treinamento, Aperfeiçoamento, Especialização ou de Estudos Adicionais previstos, no parágrafo primeiro do artigo 30, da Lei 5.692/71, de 11 de agosto de 1971;

4.5.1.5 Cursos de Graduação (outros) em áreas diretamente afins à área em que o Professor ou o Especialista em Educação estiver habituado a lecionar - e em efetivo exercício de magistério - , por curso de formação comprovado.

4.5.1.6 A relação dos cursos diretamente afins à área específica do Professor ou do Especialista em Educação será definida e divulgada pela Fundação Educacional do Distrito Federal.

4.5.1.7 Trabalhos e serviços relevantes, de natureza científica, técnica ou artística, ligados ao ensino e à pesquisa.

4.5.1.8 Trabalhos selecionados no Prêmio "Escolama por Mérito Educacional", da Fundação Educacional do Distrito Federal, continuando obedecendo a normas de premiação vigentes, não devendo, pois, ser considerados na contagem de pontos com vistas à Promoção de Nível para Nível.

4.5.2 Nos casos previstos nos subitens 4.5.1.1, 4.5.1.2 e 4.5.1.3, o Professor ou Especialista em Educação continuará fazendo jus ao percentual vigente para cada situação na Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos da Resolução 1.337/85, do Conselho Diretor da FEDF, não se computando, portanto, esses cursos para efeito de contagem de pontos com vistas à Promoção de Nível para Nível.

4.5.2.1 Em relação ao curso de Aperfeiçoamento Institucionalizado - subitem 4.5.1.3 - o mesmo será considerado para efeito de recebimento do adicional ao salário previsto na Resolução nº 1.337/85/FEDF somente para o Professor ou o Especialista em Educação que tiver ingressado na Fundação Educacional do Distrito Federal até a implantação do Plano de Carreira do Pessoal de Magistério da FEDF.

Aos que ingressarem na Fundação Educacional do Distrito Federal após a implantação do plano de Carreira do Pessoal de Magistério da FEDF, não será assegurado somente na contagem de pontos para efeito de Promoção de Nível para Nível.

4.5.3 Observadas as demais características constantes na Resolução nº 337/85/FEDF, para efeito de concessão de incentivos por FORMAÇÃO PROFISSIONAL previstos no subitem 4.5 consideram-se como:

ANEXO I - QUADRO B - TABELA DE POSICIONAMENTO INICIAL NO PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DE MAGISTERIO DA FEDF

Níveis		
1		De 1 dia a 5 anos de serviço
2	10%	De 5 anos e 1 dia a 10 anos de serviço
3	20%	De 10 anos e 1 dia a 15 anos de serviço
4	30%	De 15 anos e 1 dia a 20 anos de serviço
5	40%	De 20 anos e 1 dia a 25 anos de serviço
6	50%	De 25 anos e 1 dia a 30 anos de serviço
7	60%	
8	70%	
9	80%	
10	90%	

* OBS.: O tempo de serviço computado nesta Tabela independe de Triênios que porventura estejam acumulados.

Computado o respectivo tempo de serviço já prestado efetivamente à FEDF - quando da implantação do Plano de Carreira - os Professores e os Especialistas em Educação - independentemente da CLASSE à qual estejam vinculados - serão posicionados inicialmente num determinado NÍVEL, percebendo do Nível 2 em diante e a cada 05 (cinco) anos de serviço já prestado à FEDF - 10 (dez) por cento de adicional ao salário-base respectivo, nos termos do disposto no ITEM 3 e respectivos subitens desta proposta de PLANO DE CARREIRA.

4.7 DA AVALIAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO

A Avaliação por Participação será feita observando-se os seguintes requisitos:

4.7.1 Participação em comissões de caráter oficial - a nível de GDF/SEC/FEDF/ME e MinC - para tratar de assuntos ligados à Educação e desde que essas não tenham remuneração específica;

4.7.2 Participação em eventos promovidos pela Escola fora do horário de trabalho do Professor ou do Especialista em Educação;

4.7.3 Participação em bancas examinadoras e avaliadoras, em eventos promovidos pelo GDF/SEC/FEDF/ME e MinC, desde que essas não tenham remuneração específica.

5 - DOS CRITERIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para ascender de Nível para Nível e, conseqüentemente, fazer jus ao adicional ao salário previsto para cada Nível no Plano de Carreira do Pessoal de Magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal (ver ANEXO I, Quadro A), o Professor ou o Especialista em Educação deverão preencher - no todo, ou em parte - os seguintes requisitos nos subitens 4.5.1.4, 4.5.1.5 e 4.5.1.6. 4.5.1.4: 4.5.3, 4.5.3.1, 4.5.3.2, 4.5.3.3, 4.5.3.4 e 4.5.3.5; 4.6, 4.6.1 e 4.6.2; e 4.7, 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.3, até atingir o mínimo de 120 (CENTO E VINTE) PONTOS.

5.1.1 Para os efeitos do disposto no subitem 5.1, deverão ser apresentados certificados de conclusão quanto aos cursos referidos nos subitens 4.5.1.5, 4.5.3.1, 4.5.3.2, 4.5.3.3 e 4.5.3.4 e deverão ser obedecidos os demais critérios previstos para os subitens 4.5.3.5, 4.6, 4.6.2, 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.3 no item 6.

5.2 Para os efeitos do disposto no subitem 5.1, e observado - no que couber - o disposto no subitem 5.1.1, aos questionários previstos para promoção do Professor ou do Especialista em Educação de Nível para Nível serão distribuídos PONTOS, como se segue:

5.2.1 Cursos de TREINAMENTO - promovidos pela Fundação Educacional do Distrito Federal, ou por outras instituições qualificadas, nos termos da legislação vigente, e até o limite de 02 (dois) cursos por ano.

5.2.1.1 Indiretamente relacionados com a área de atuação do Professor ou do Especialista em Educação: de 30 horas a 60 horas..... 03 (três) pontos por curso; de 61 horas a 100 horas..... 06 (seis) pontos por curso;

5.2.1.2 Diretamente relacionados com a área de atuação do Professor ou do Especialista em Educação: de 30 horas a 60 horas..... 05 (cinco) pontos por curso; de 61 horas a 100 horas..... 08 (oito) pontos por curso.

5.2.2 Cursos de APERFEIÇOAMENTO - promovidos pela Fundação Educacional do Distrito Federal, ou por outras instituições qualificadas, nos termos da legislação vigente, e até o limite de 01 (um) curso por ano.

5.2.2.1 Indiretamente relacionados com a área de atuação do Professor ou do Especialista em Educação: de 101 horas a 210 horas..... 08 (oito) pontos por curso; de 211

horas a 319 horas..... 13 (treze) pontos por curso;

5.2.2.2 Diretamente relacionados com a área de atuação do Professor ou do Especialista em Educação: de 101 horas a 210 horas..... 10 (dez) pontos por curso; de 211 horas a 319 horas..... 15 (quinze) pontos por curso.

5.2.3 Cursos de ESPECIALIZAÇÃO - promovidos pela Fundação Educacional do Distrito Federal, ou por outras instituições qualificadas, nos termos da legislação vigente, e até o limite de 01 (um) curso por ano.

5.2.3.1 Não relacionados com a área de atuação do Professor ou do Especialista em Educação: 10 (dez) pontos por curso;

5.2.3.2 Vinculados à área de atuação do Professor ou do Especialista em Educação: 20 (vinte) pontos por curso.

5.2.4 ESTUDOS ADICIONAIS - promovidos pela Fundação Educacional do Distrito Federal, ou por outras instituições qualificadas, nos termos da legislação vigente, e até o limite de 01 (um) curso por ano..... 30 (trinta) pontos por curso.

5.2.5 TRABALHOS E SERVIÇOS RELEVANTES - nos termos do disposto nos subitens 4.5.3 e 4.6, até o limite de 01 (um) trabalho OU de 01 (um) serviço relevante por ano..... 20 (vinte) pontos por unidade.

5.2.6 Cursos de GRADUAÇÃO (outros - ver subitem 4.5.1.5 e seguinte) - promovidos por instituição qualificada, nos termos da legislação vigente.

5.2.6.1 Diretamente ligados à área de atuação do Professor ou do Especialista em Educação: 15 (quinze) pontos por curso.

5.2.7 ASSIDUIDADE: 10 (dez) pontos por ano.

5.2.8 PONTUALIDADE: 10 (dez) pontos por ano.

5.2.9 PARTICIPAÇÃO:

5.2.9.1 Em Comissões de caráter oficial, até o limite de 01 (uma) por ano: 03 (três) pontos;

5.2.9.2 Em eventos promovidos pela Escola fora do horário de trabalho contratual do Professor ou do Especialista em Educação, até o limite de 05 (cinco) por ano 01 (um) ponto por evento;

5.2.9.3 Em Bancas examinadoras e avaliadoras, até o limite de 01 (uma) por ano 02 (dois) pontos.

6 - DOS MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

6.1 Sem prejuízo de outros mecanismos de Avaliação que porventura venham a ser instituídos de comum acordo entre as partes, para os efeitos do disposto no Plano de Carreira do Pessoal de Magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal quanto às exigências para Mudança de Nível serão instituídas Comissões Permanentes de Avaliação, como se segue:

6.1.1 01 (uma) Comissão ao nível de Unidade onde o Professor ou Especialista em Educação esteja prestando serviço, constituída de:

a) representante do Conselho Diretor do Estabelecimento;

b) representante dos Professores e/ou dos Especialistas em Educação;

c) representantes dos Alunos.

6.1.1.1 A escolha dos representantes previstos nas alíneas a), b) e c) do subitem 6.1.1 será feita de acordo com critérios a serem definidos no âmbito da própria Unidade.

6.2 01 (uma) Comissão Geral ao nível central de Fundação Educacional do Distrito Federal, constituída de:

a) representantes dos Professores e/ou dos Especialistas em Educação por Complexo Escolar da FEDF;

b) representantes da Administração Central da Fundação Educacional do Distrito Federal.

6.3 Ambas as Comissões - renováveis anualmente, se assim for decidido - disporão de uma Ficha de Assentamentos Funcionais de cada Professor ou Especialista em Educação, para registro de fatos e comentários referentes às exigências deste Plano de Carreira para efeito de Promoção de Nível para Nível, para registro de anotações relacionadas com as demais vantagens e de outras anotações pertinentes ao Plano de Carreira.

6.3.1 Cada Professor ou Especialista em Educação terá em seu poder cópia da Ficha de Assentamentos Funcionais prevista no subitem 6.3, para anotações, fiscalização e controle da situação específica, visando a futuras verificações e procedimentos posteriores, quando do levantamento anual da situação do Pessoal de Magistério da FEDF, com vistas aos benefícios decorrentes da aplicação e observado o disposto do subitem 4.3.3 do Plano de Carreira.

6.4 No que tange aos questionários ASSIDUIDADE e PONTUALIDADE, será verificada igualmente a FOLHA DE PONTO, que deverá permanecer sob a fiscalização e controle da Comissão de Avaliação por Unidade, nos moldes em que esta decidir, de comum acordo entre as partes.

6.5 A Comissão Geral de Avaliação caberá

1985

A nível nacional, foi o ano de um período de transição, que continua em 1986. Da vitória, calvário e morte de Tancredo até a convocação da Constituinte, o País sofreu e aprendeu muito. Como fica esse povo?

JULHO



Professores continuam em MOBILIZAÇÃO PERMANENTE". A disposição da categoria era não arredar pé de reivindicações como triênio e incentivos funcionais, piso salarial/Classe A,

Quadro de carreira e equiparação do salário dos técnicos. Acabara a greve, mas a luta continuava, depois da maior assembleia de trabalhadores já realizada em Brasília, no Ginásio de Esportes, lotado pelos professores brasileiros. A edição do **Quadro negro** publicou um documento com todo o histórico da luta, incluindo o passo a passo das negociações.

Os professores praticamente não tiveram férias. Mal acabara uma greve extraordinária, uma verdadeira amostra do quanto podem os trabalhadores, o **Quadro negro** já anunciava a organização do II Encontro de Professores. O bom-senso, civismo e organização dos professores, durante a greve, era um fomento para a mobilização permanente. Nas particulares, a intransigência, semeando um movimento que teria como exemplo maior a participação e a representatividade dos professores das escolas particulares. Na UnB, a apuração das eleições para a reitoria, demonstrando a opção dos professores por personalidades comprometidas com a necessidade democrática da sociedade.

AGOSTO



A hora e a vez dos professores das Escolas Particulares: "Professor em Pé de Greve" era a convocação geral. "A situação, nas escolas particulares vai de mal a pior e só a mobilização pode mudar para melhor", era e ainda é a realidade. Um suplemento completo servia como subsídio para a decisão que ocorreria na assembleia do dia 11 de setembro.

Não houve retrocessos, mas...

O Colégio Eleitoral se reuniu e escolheu o novo presidente da República, Tancredo Neves, depois de uma campanha pelas Diretas-já que voltou ao ponto do País de verde e amarelo. O novo presidente, eleito por esmagadora maioria, dividiu os meses que antecederiam à sua posse entre uma viagem pelo mundo e inúmeros encontros e reuniões para formação de sua equipe. As vésperas da posse, a esperança vai para o hospital e de lá, depois de dias de agonia, sai sem vida. No Interim, assumiu a presidência da República o vice-presidente eleito, José Sarney, que continuou e continua. Em meio aos atropelos, surpresas e imprevistos, começou a Nova República.

O ano de 1979 está gravado como o ano da Anistia, quando votaram ao País alguns de seus mais expressivos filhos e que, hoje, conduzem grande parte do processo político. Já 1982 foi o ano da virada nos governos estaduais, quando em eleições diretas a oposição assumiu a maioria da população brasileira, localizada nos maiores Estados do País. E 1985 entra para a galeria dos anos ilustres, quer queiram ou não, os mais radicais, como o ano da efetiva redemocratização do País que virá a ser consolidada em 1986 com a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, soberana, e democrática. Livre, sem submissões a quaisquer outros instrumentos de casuismos, Soberana, sem comprometimento com os poderes econômicos externos ou internos. E democrática, sem restrições aos partidos políticos ou tendências ideológicas e sem limitações dos poderes já instituídos. Assim esperamos.

Paralelo ao combate acirrado dos professores das escolas particulares, o Sindicato e comissões de professores tratavam de não deixar a máquina parar, trabalhando na organização do II Encontro. E outras comissões estudavam pontos pendentes nas negociações salariais.

SETEMBRO



Mais uma edição extra, em cima do lance: "Professores das particulares dizem não à intransigência: GREVE!". Mais de dois mil professores, praticamente 70% da categoria, de

Foi no ano que passou que pela primeira vez, depois de quase um século de clandestinidade, partidos clandestinos voltaram à luz do dia e foram às ruas, exercendo o sagrado direito de expor idéias e conquistar adeptos. Foi no ano que passou que, em eleições municipais livres e diretas, qualquer candidato, de qualquer partido, teve acesso ao mais poderoso dos meios de comunicação, a televisão. Foi ainda no ano que passou que, a despeito das dificuldades continuarem e das permanentes características da luta de classes, os trabalhadores avançaram mais e, em muitos casos, começaram a recuperar na base do conta-gostas o arrocho salarial e desfalques acumulados nos anos do arbítrio.

Quer queiram ou não os arautos da desordem e do obscurantismo, em 1985 o País não regressou e nem assistiu a cenas de repressão a que estava acostumado nos governos anteriores. Os adeptos da filosofia do "quanto pior melhor" e que sequer compareceram ao Colégio Eleitoral para barrar os motores mafiosos e reacionários foram, por mais pa-



mais de 250 escolas e depois mais de três horas de assembleia, decidiram utilizar o último recurso dos trabalhadores contra o patronato. Compensar o arrocho de 76%, desde 1979, era a palavra de ordem geral.

Mas o movimento não ficava restrito aos professores das escolas particulares. As comissões paritárias,

radical que seja, os grandes beneficiados com o ano que passou. Como reza a democracia, todos têm direito a usufruir, mesmo aqueles que trabalham contra ela.

ELEIÇÕES CHEGAM ÀS ESCOLAS

A sede de votar manifestada pelo povo brasileiro, ao longo do ano que passou, teve um exemplo transparente e característico em Brasília, mais precisamente na própria área educacional. Mais de 450 mil eleitores votaram nas escolas da rede oficial do Distrito Federal, em um dia "frio e chuvoso", sábado, nove de novembro, para escolher os 16 diretores de complexos escolares e os 413 diretores de escolas da rede oficial, configurando uma das mais importantes conquistas dos professores no ano que passou.

Enquanto na eleição dos diretores de complexos votaram professores, os especialistas em educação e servidores, na eleição dos diretores de escolas a democracia foi a mais direta possível, com o voto também dos alunos maiores de 18 anos e/ou dos pais de alunos menores.

E PRECISO PONDERAR

Em suma, no ano de 1985, não houve, efetivamente, retrocesso a nível político, nem no País e nem na área educacional. Mas existem ainda situações entaladas na garganta dos trabalhadores: o arrocho salarial, os impostos abusivos, a persistência do BNH em uma política habitacional falida... Que em 1986, além da inexistência de retrocessos, o País tenha avanços mais consistentes em sua realidade econômica e social.

criadas a partir da greve da FEDF, colocavam em discussão o Plano de Carreira, importante instrumento para a defesa dos interesses da classe. Na UnB, ao mesmo tempo em que o reitor Cristóvam Buarque assumia em clima de democracia, os professores continuavam a mobilização salarial, demonstrando que aquela universidade retomava suas origens.

OUTUBRO



"Mais vale o que será feito" era o título do editorial do mês de outubro, analisando a greve dos professores das particulares. E o que seria feito estava expresso em letras

Dr. AGUSTIN NIETO REY

Ginecologia - Obstetrícia - Cirurgia Geral
Horário: de 2ª a 6ª feira, das 14 às 19 horas.

Desconto de 40 por cento para professores do SINPRO-DF e dependentes.

SMNH - QUADRA 02 - EDIFÍCIO DE CLÍNICAS - SALA 805 - FONE: 224-8145

Residência: 273-0320 - BRASÍLIA/DF

Venha conhecer os incríveis lançamentos para o Verão 85

- ATENDIMENTO PERSONALIZADO
- CREDIÁRIO PRÓPRIO
- RAPIDEZ E GARANTIA
- AS MELHORES MARCAS

* Desconto especial para *
* professores do SINPRO *

Tecnótica

SCS - Ed. São Paulo - fone: 225.6332
CLS 309 - Bloco C - Lojas 17/19 - Fone: 242.8380
CINE CENTRO SÃO FRANCISCO - Loja 71 - Fone: 223.9880

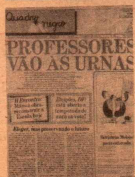
1985

Com emoção, civismo e bom-senso, os professores souberam discutir as propostas e respaldar a condução do Sindicato dos Professores, acompanhando passo a passo as negociações, até as decisões finais.

garrafas: "II Encontro: tudo pronto". No balanço do movimento das particulares, o saldo e as perspectivas, com a lição de que, apesar de tudo, somente a mobilização garante conquistas e vitórias. Mobilização nota dez, padrões nota zero, foi a realidade do movimento dos professores das escolas particulares. No suplemento, subsídios para a discussão do Plano de Carreira. Saldos positivos e concretos, também, era a chamada de um balanço sobre a greve dos professores da UNB.

Ao lado da preparação do II Encontro, o Sindicato dos Professores não esquecia a organização de janelas para a manifestação cultural, dando seqüência aos tradicionais concursos de contos e poesia. Mal saía de duas greves importantes e uma série de outros eventos, os professores tinham a missão de não decepcionar e realizar um II Encontro, adicionado com a **Semana do Professor** — a sexta —, sem deixar furos ou prejuízos na organização. A missão foi cumprida.

NOVEMBRO

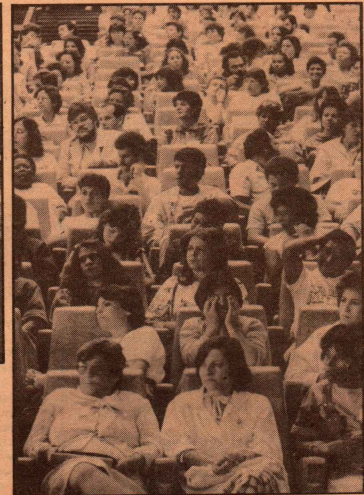
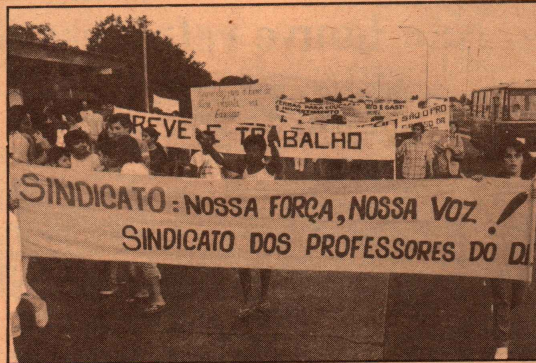


"Professores vão às urnas". No dia 9 de novembro, mais uma lição de democracia do professorado brasileiro: eleições livres e diretas para os diretores de complexos e unidades

de ensino da FEDF. Mais do que um evento eleitoral, o dia 9 significou o coroamento de anos de luta da categoria, representando um importante passo para varrer o autoritarismo para fora da Escola e para longe da sociedade brasileira.

Na mesma edição do **Quadro negro**, um suplemento completo com as propostas aprovadas e o transcorrer do II Encontro dos Professores. No editorial, mais um alerta: "Eleger, mas preservando o futuro". Não faltaram informes sobre a eleição dos delegados sindicais e nem um retrato da situação das universidades brasileiras, que buscavam a unificação.

Ao chegar em novembro, às portas dos festejos natalinos e do es-



Das assembleias que deram início às negociações até a luta nas ruas e a realização do II Encontro, os professores disseram presente em massa.



ATENÇÃO, URGENTE

O movimento dos professores, em 1985, não se encerra com a presente retrospectiva. Ainda no próximo dia 15 de dezembro, (domingo), às 8 horas da manhã (1ª Convocação), no auditório do Sindicato dos Professores (Setor Comercial Sul), os professores das escolas particulares estarão discutindo o resultado do trabalho da Comissão Quadrupartite sobre reposição salarial — conforme ficara definido na época da greve.

perado recesso letivo, os professores, porém, tendo o Sindicato à frente, não descansaram. Além das assembleias de fim de ano, a escolha de delegados para o congresso da CPB, entre outros. E a eleição de delegados sindicais que, mais uma vez, exigiu um esforço quase que sobre-humano de funcionários e diretores do Sindicato dos Professores.



BARATEIRA
tecidos

A LOJA DO PROFESSOR

Agora, para os professores
associados ao SINPRO
crediário em 4 PAGAMENTOS
SEM JUROS

DESCONTO DE 10%
NAS COMPRAS A VISTA

Matriz: CSC 01 - lotes 3/4 - loja 02 - Fones: 561-3752 e 563-1560
Filial Taguatinga: CNB 06 - lote 08 loja 02 - Fone: 562-3259
Filial Guará: QE 07 - conj. B - loja 03 - Fone: 568-1021

**Crediário
Próprio**

1986

Depois de um ano de mobilização intensa, as perspectivas para o movimento dos professores, em 1986, são de mais lutas e mais vitórias a partir de mês que vem. Em dezembro, as assembléias continuam, prenunciando um ano em que os professores precisarão de mais fôlego ainda, para acompanhar o ritmo da democracia e de nossas necessidades

Delegados do Sindicato já estão eleitos

Na última semana de novembro último, os professores da Fundação Educacional tiveram a — rara — oportunidade de novamente darem uma bela demonstração de participação e civismo, exercitando o sagrado direito do voto. E que dias 25, 26 e 27 — em cumprimento à Cláusula XLVIII do Acordo 85/86 firmado pelo nosso Sindicato com a SEC/FEDF e de acordo com as decisões da Assembléia Geral de 19 de outubro último — foram realizadas as eleições de delegados sindicais (um por complexo escolar da FEDF). Com a função básica de serem um elo de ligação entre a Entidade Sindicato dos Professores e sua Diretoria e os professores sindicalizados, os delegados sindicais ora eleitos exercerão o respectivo mandato até junho/julho de 1986, quando será eleita e empossada nova diretoria para o nosso Sindicato.

A abstenção foi grande — motivada principalmente pelo exiguo tempo (praticamente só 15 dias) para a divulgação do evento e pela (in)feliz ideia de urna fixa em cada complexo (quando todos sabemos das dificuldades de locomoção, principalmente nas satélites, e do sufoco de final de ano). Mesmo assim, mesmo com essa tentativa (da oposição, diga-se de passagem) de ludibriar as tão decantadas bases (...), 4.629 professores sindicalizados compareceram às urnas — número longe do desejável. O resultado das apurações revelou os seguintes eleitos, por complexo:

A de Brasília — professor Márcio Baiochi, com 240 votos; B de Brasília — professor Waldemar Teixeira, com 151 votos; A do Guarã — professor Gilberto Paraguaçu, com 156 votos; A do Gama — professor José Antônio, com 230 votos; B do Gama — professor Jefferson Paz, com 218 votos; A de Ceilândia — professor Gastão Mesquita, com 219 votos; B de Ceilândia — professora Cecília, com 207 votos; C de Ceilândia — professor José Raimundo, com 209 votos; A de Sobradinho — professor Mauro Martinele, com 227 votos; A de Planaltina — professor Francisco de Assis, com 130 votos; A de Braziliândia — professor César, com 77 votos; A de Taguatinga — professora Maria Holanda, com 165 votos; B de Taguatinga — professor Raimundo Nonato, com 167 votos; C de Taguatinga — professor Climerio França, com 138 votos; A do Núcleo Bandeirante — professora Maria Vitória, com 116 votos; A do Cruzeiro — professora Ieda Narciso, com 122 votos.

Eleições já, são os votos do próximo ano

Um plano de trabalho intensivo em todas as direções. É o que se espera para 1986, praticamente o período decisivo da transição brasileira. A começar de janeiro próximo, os professores do Distrito Federal em particular e os trabalhadores brasileiros no geral estarão vivendo um clima de efervescência a nível eleitoral. Em junho, estarão sendo realizadas eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Professores. Em novembro estão marcadas as eleições para renovação do Congresso Nacional que, por sua vez, formará a Assembléia Nacional Constituinte.

No caso das eleições para o Sindicato, é importante lembrar que o professor que quiser votar no pleito deve se sindicalizar até o próximo dia 15 ou 20 de dezembro, no mais tardar, visto que a lei prevê um prazo mínimo de seis meses entre a filiação e o direito de voto. Ainda com relação às eleições para o Sindicato dos Professores, já é grande a movimentação dentro da categoria e a atual diretoria da entidade espera que todo o processo transcorsa no mais alto nível e com mais uma demonstração de civismo e democracia dos mestres do Distrito Federal.

Em termos nacionais, as eleições de novembro próximo prometem ser o acontecimento do século, as mais democráticas em toda a história brasileira, com a livre participação dos partidos políticos e a utilização, inclusive, dos meios de comunicação, a exemplo do que ocorreu por ocasião das eleições municipais de 15 de novembro último.

Trabalhadores em marcha!

A Central Unificada dos Trabalhadores (CUT) realizou nos últimos dias 29, 30 e 1º de novembro, um Congresso no DF, com a participação de 250 delegados. Um dos principais temas dos debates foi a participação dos trabalhadores no processo eleitoral do próximo ano. Durante o encontro, foi analisado também o crescimento da CUT no DF, ao longo de seus 16 meses de existência, e os prováveis candidatos da Entidade para as eleições de 1986, onde já aparece como virtual representante o próprio presidente da Entidade, Chico Vigilante.

CONCLAT
Em março próximo, a Conferência

Constituinte e os Trabalhadores

Independentemente dos partidos políticos a que pertençam, os trabalhadores terão um papel fundamental nas eleições do próximo ano. Como forças vivas dentro da sociedade, majoritários no contexto geral das classes sociais, os assalariados formam as grandes massas urbanas e rurais. Ao mesmo tempo, sabe-se que todos os partidos políticos, em especial o PDT e PMDB, também possuem setores conservadores que predominam de acordo com a conjuntura política e as lutas internas das respectivas agremiações. Daí a importância dos trabalhadores em fortalecerem, qualquer que seja o partido, os setores realmente comprometidos com as transformações sociais de que o País necessita.

É público e notório que as forças populares se esfacelaram em diversas siglas e agrupamentos (PT, PDT, PMDB, PCB, etc), principalmente após a reformulação partidária de cima para baixo, imposta em 1979 sob inspiração do então general Golbery do Couto e Silva (quem se lembra?). Mas é certo também que, mais do que a alternância de partidos políticos (democracia burguesa), os trabalhadores precisam estar unidos, mesmo, para a formação de um poder legislativo forte e comprometido com as causas populares, com homens sérios e não com parasitas que alugam legendas de partidos políticos, quaisquer que sejam, para a defesa de interesses contrários à Nação.

das Classes Trabalhadoras (Conclat), estará realizando o seu terceiro Congresso Nacional, com a participação prevista de duas mil entidades. A Entidade começou a surgir em 1981, quando os trabalhadores brasileiros, rompendo as limitações impostas pelo sistema militar, reuniram-se pela primeira vez em congresso unitário. Apesar do trabalho das duas Centrais Sindicais (CUT e Conclat), dos cerca de cinco mil sindicatos existentes no País, quase três mil permanecem desfilados de qualquer uma das organizações, por discordarem da divisão no movimento.

Mulheres e CPB em congressos. Janeiro de 86

Dois congressos marcarão o próximo mês de janeiro com grande movimentação e grandes discussões. Na primeira quinzena, será realizado em São Paulo o I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, promovido por dezenas de entidades de classe de todo o Brasil. Nosso Sindicato se fará presente com uma delegação, que já foi escolhida em Assembléia Geral no último dia 30. Aliás, para preparar esse grande Congresso, foi realizado em Brasília, dias 07 e 08 de dezembro de 85, no auditório do Sindicato dos Professores, o I Encontro Regional da Mulher Trabalhadora. Temas em pauta: A Situação Nacional e a Mulher Trabalhadora (democracia, reforma agrária e outros; lutas gerais: estabilidade, trimestralidade, etc.); Situação da Mulher Trabalhadora (condições de vida e de trabalho: discriminação, profissionalização, saúde, educação, etc.); Direitos da Mulher, A Trabalhadora do campo, A Empregada doméstica, entre outros; Participação da Mulher nas entidades sindicais: A Mulher Trabalhadora e a Constituinte.

De 16 a 22 de janeiro, em João Pessoa, na Paraíba, o XXIX Congresso Nacional da CPB (Confederação de Professores do Brasil). Em pauta: Política Nacional; A Constituinte e a Constituição que queremos; Política Educacional; Princípios para uma Política Educacional, Ensino Público X Ensino Privado; Política Sindical; Plano de Lutas para 86; Sindicalização dos Servidores Públicos, Unificação dos Trabalhadores e uma Nova Estrutura Sindical; Profissionalização do Magistério; Estrutura da Entidade/CPB. A delegação do SINPRO-DF foi formada em Assembléia Geral, dia 23 de novembro último. Mais informações sobre as duas delegações deverão ser colhidas pelo telefone 226-1366 (com a professora Luzia), ou no próprio Sindicato.

FLOR AMOROSA

Música ao vivo para todos os gostos e todas as idades, com artistas da melhor qualidade, intérpretes, entre outros, de Djavan, Caetano, Gonzaguinha e Chico Buarque, não faltando "sambões" e

"sambinhas" e o irrecusável "chorinho".

Funcionamento de terça a domingo, sob a coordenação atenta e eficiente do companheiro Paulão, também professor.

Atendimento especial a professores sindicalizados. Espaço ideal para suas confraternizações de final de ano (é só dar o toque no Paulão e marcar data e horário).

O recanto (bar/restaurante e restaurante) mais apreciado da Asa Norte.

Sindicalismo

Mário DONATTI

EUA

Notícias da organização do trabalho nos EUA datam de 1776, ano da independência daquele País. Levando-se em conta que a efetiva colonização da América das Treze Colônias Inglesas da América — a Virgínia — principiou em 1612 e que a da Geórgia — a última — principiou em 1732, verifica-se uma precocidade quanto ao surgimento do sindicalismo americano, ainda mais que, na época, 95% da população do País levavam uma vida rural.

A explicação deve ser buscada na Inglaterra, pois, com exceção de Nova York, que foi fundada por holandeses, foram ingleses que colonizaram os EUA e no País deles, desde o início do século XVII, o nível de vida era o mais elevado do mundo, a tal ponto que os camponeses estavam, já, integrados ao mercado nacional, o que significava que praticavam uma agricultura comercial e não uma agricultura de subsistência.

Para que os coloniais (assim se chamavam os americanos antes da independência de seu país), em sua maioria, pudessem dedicar-se a uma agricultura comercial, necessários se fizeram portos dotados de armazéns e empórios como Boston, Nova York, Jamestown, Charleston e Filadélfia, que nasceram junto com a respectiva colônia que serviam. Por outro lado, a Inglaterra e Escócia (unidas desde 1603), deixaram as Treze Colônias desenvolverem-se primeiro, antes de pensarem em arrancar dinheiro delas.

Até o início do século XX, permaneceu nos EUA o estilo de vida rural, na maior parte do País, implantado pelos colonizadores. As fazendas, em sua grande maioria de tamanho pequeno ou médio, eram dotadas do máximo de recursos e sempre contavam com transporte e comunicações os melhores possíveis. Igrejas, escolas, agências postais, oficinas e pequenas manufaturas encontravam-se dispersas pelo campo, não faltando, ainda, o cemitério em cada propriedade. Os eventos sociais dos moradores do campo ocorriam no campo.

Para preservar esse modo de vida, logo após a independência, o País foi quase todo dividido em superquadras de lados iguais de 6 milhas (9,6 km), sendo cada uma delas subdividida em 36 quadras de 1 milha quadrada (2,56 km²). As superquadras tinham seu número e em cada uma as quadras iam de 1 a 36. Separando as quadras, havia espaço para estradas públicas. Os meridianos e paralelos davam a direção dos traçados. Reforma agrária ou profecia de Brasília?

Foi assim que, logo em seguida à independência, carpinteiros, pedreiros, sapateiros e tipógrafos formaram grupos sociais locais com o fito de reivindicarem redução de horas da jornada de trabalho e aumento dos salários, dando início ao sindicalismo americano.

Professores têm participação no Plano Trienal

Desde sua inauguração, Brasília nunca teve um plano de governo que fosse além da mera previsão orçamentária anual.

Encontra-se em elaboração, presentemente, o I Plano Trienal do Governo do Distrito Federal. Com este fim foram constituídas três direções comissões, a saber: a) Comissão de Alto Nível, constituída dos titulares das diversas secretarias e presidentes de órgãos diversos do GDF; b) Comissão Técnica, constituída por técnicos das secretarias e órgãos diversos do GDF e c) Comissão Consultiva, formada por representantes de sindicatos (de empregados, liberais e de empregadores), associações e entidades outras diversas do Distrito Federal, em número de 20 (vinte) ao todo, não faltando um representante do Senado Federal. O SINPRO/DF, em vista de suas bases e de sua atuação, figura entre os poucos sindicatos do DF ali representados.

A Comissão Consultiva está, de alguma maneira, fazendo as vezes da representação política da população do DF, ao menos quanto aquilo que diz respeito a uma certa consulta à comunidade, visto que cada um de seus membros componentes representa uma entidade cuja base é dos mais diversos setores da sociedade brasiliense ou candanga.

A instalação oficial da Comissão Consultiva deu-se no dia 29 de outubro deste ano e a primeira reunião, no dia 4 de novembro último.

As reuniões são feitas semanalmente.

às terças-feiras à tarde, no auditório da CODEPLAN, cujo suporte de infraestrutura a companhia de Desenvolvimento do Planalto Central pôs à disposição da Comissão Consultiva. Nas reuniões de 4, 11 e 18 de novembro, a Comissão Consultiva organizou-se internamente, tendo aprovado o seu regimento, escolhido sua diretoria e formado (seis) subcomissões, a saber: 1) Educação e Cultura; 2) Saúde e Saneamento Básico; 3) Habitação Urbana; 4) Transporte; 5) Desenvolvimento Regional e 6) Segurança Pública.

A Comissão Consultiva terá prazo até 27 de dezembro corrente para apresentar emendas ao trabalho elaborado pela Comissão Técnica.

Predominam, no seio da Comissão Consultiva, as políticas seguintes: a) Melhorias gerais de remuneração e condições de trabalho (planos de carreira e reciclagens periódicas); b) Criação de empregos (agricultura, indústria e comércio); c) Soluções para problemas sociais (saúde, educação, habitação, transporte coletivo, etc) extensivas ao entorno do DF e d) Desenvolvimento em que o Distrito Federal exerça a função, até hoje solenemente declinada, de pólo desta região geoeconômica.

Nota da redação: o professor Mário Donatti — membro da Diretoria do SINPRO-DF — é o representante do nosso Sindicato junto ao Plano Trienal do GDF e autor do artigo acima.

Clube vai devagar. Grana curta

Aprovada em assembleia geral realizada dia 07 de julho de 1984, no auditório do SINPRO-DF, a implantação de uma área de lazer do Sindicato dos Professores encontra-se praticamente paralisada por falta de verba. Enquanto isso, os 650 mil metros quadrados de terreno fincados na região denominada Córrego Alexandre Gusmão (próxima ao Clube Texas), distante 17 quilômetros (sete de asfalto e dez de terra), do semáforo da Estrada de Taguatinga (direção de Braziliândia), vão sendo zelosamente cuidados, à espera de uma definição sobre seu futuro.

Até o momento, várias etapas foram cumpridas, sempre sob a responsabilidade da Comissão tirada na assembleia de 07 de julho de 1984. A principal delas é o projeto do clube, escolhido após exaustivas pesquisas e concorrência aberta a firmas interessadas, conforme decisão também de assembleia. Detalhes desse projeto serão republicados em breve.

No momento, as providências relacionadas com nosso clube estão no seguinte pé: foi expedido — depois de verdadeira via sacra pelas instâncias competentes — alvará de construção, com prazo de validade de 180 dias. O projeto elétrico já está aprovado e — tão logo as condições o permitam — deverá ser executado em um terço, isto é, até a casa- sede atual. A atual casa- sede comporta uma reforma geral, de modo a atender — em curto prazo e em boas condições — a até cinco famílias. Está sendo improvisado um galpão para instalar churrasqueiras. Para que nosso clube seja construído — ou mesmo parcialmente construído (já que não se constrói nada totalmente da noite para o dia) — será preciso o professor acreditar e investir.



AVISO

Os professores que — por estarem fora de sala de aula, por algum motivo — não estão recebendo o adicional noturno devem entrar em contato urgente com a Assessoria Jurídica do nosso Sindicato, a fim de assinarem procuração para que a FEDF seja acionada na Justiça do Trabalho.

Curso de Reciclagem

Datas: 07, 08, 14 e 15 de dezembro de 1985.
Horário: das 08:30 às 11:10 e das 14:30 às 17:10 horas.
Local de realização: Auditório Alvorada (Centro de Convenções); Carga horária: 30 horas; Inscrições: limitadas.
Informações: Ativa — Edifício Brasília Rádio Center, sala 3015, fones: 226-7421 e 226-1597.

Professores: Marcelo Andrade/DEFER e Haidé Werberich/SEC. Chancelaria: GDF/Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação — DEFER. Organização: Ativa — Promoções Esportivas. Apoio: GDF/Departamento de Turismo, GDF/Fundação Educacional do DF.

SIBIPIRUNA

Escola Infantil
Atendimento de 0 a 06 anos
Matriculas abertas
Endereço: SHCGN 715, Area Especial
Informações: 273-1144